



Plano de Mandato da Candidatura Coletiva do Cardume



@henriqueparradocardume

Candidatura coletiva para vereador em Jundiá



movimento
CARDUME

PSOL

50
PROFESSOR
HIGOR
CODARIN
PREFEITO

Henrique Parra do Cardume

Assessoras* **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

50123

Viva^o coletivo!

Movimento Cardume

Se você quer uma política sem privilégios, mais diversa e que lute por igualdade e qualidade de vida para o povo em Jundiaí e região, você quer o mesmo que nós.

É muito bom ter você por aqui, demonstrando interesse em saber o que a gente acha que pode ser feito em Jundiaí. Neste documento oficial, apresentamos o resultado de anos promovendo conversas e um amplo debate entre diferentes pessoas, grupos e coletivos. Com muito estudo, trabalho e participação social, registramos o que a população jundiaense quer (e precisa) que melhore na cidade. Este documento norteia as nossas ações, e esperamos que ele sirva de referência para qualquer pessoa que queira criar leis e políticas para Jundiaí.

Esperamos também que ele seja útil para quem quer fiscalizar as ações do Executivo, ou seja, da Prefeitura, o órgão responsável por colocar as leis e políticas em prática. Essa fiscalização, aliás, é um dos trabalhos mais importantes de um vereador ou vereadora, que deve acompanhar se a atuação da Prefeitura é coerente com o que a cidade precisa, de maneira a garantir que toda a população tenha acesso aos seus direitos básicos e à qualidade de vida.

Para fiscalizar o trabalho da Prefeitura, o vereador deve ser independente, ou seja, não deve compactuar com favores ou "jeitinhos", para que possa atuar de maneira transparente, sempre em favor da sociedade e de quem mais precisa. Além da fiscalização, a pessoa que assume o cargo de vereador deve conhecer de políticas públicas e entender os mecanismos e processos através dos quais pode atuar para garantir o cumprimento das leis e o bem-estar da população.

Mais do que propostas, esse documento apresenta nosso compromisso em ouvir as pessoas, olhar para as questões da cidade e pensar soluções para promover uma cidade que é boa de se viver não apenas na propaganda, mas no dia a dia de cada habitante. É um compromisso permanente, que já é realidade, independente de um processo eleitoral, através do nosso Mandato sem Mandato ([você pode conferir as nossas realizações aqui](#)).

Contamos também com o apoio de cada uma e cada um que nos ajudou a construir esse documento, que votou em nossa candidatura coletiva (ou mesmo que não tenha votado, mas sonha com uma cidade melhor). Todas as pessoas serão fundamentais para cobrar que essas ideias avancem na Câmara e na Prefeitura de Jundiaí. Nos comprometemos também manter o canal de escuta para que isso seja possível.

Vamos construir juntos! Viva o coletivo!

Nestas eleições, para vereador, VOTE Henrique Parra do Cardume, 50123.

Seu voto MULTIPLICA!

CNPJ 56.626.911/0001-83 - Federação PSOL-REDE. *Ocupando as funções de assessoria no mandato.

Índice

03	Saúde
06	Segurança
09	Mobilidade
11	Educação
16	Meio ambiente
21	Cultura
27	Assistência Social
31	Habitação
34	Servidores Públicos
36	Transparência e Participação
39	Desenvolvimento Econômico e Humano
41	Igualdade de Gênero
43	LGBTQIA+



Saúde

É fundamental que as ações de saúde sejam claras e acessíveis, permitindo que a população tenha confiança no sistema. Além disso, a valorização e qualificação dos profissionais de saúde são pilares essenciais para um atendimento digno e humano. Nossas propostas visam construir um sistema de saúde mais transparente, ágil e focado na prevenção, garantindo cuidado de qualidade para toda a população.



Viva^ocoletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiaí



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Aprovar lei que determine a publicação, na internet, da lista de espera dos pacientes da saúde

A lista dos pacientes que aguardam por consultas deve ser pública, discriminada por especialidade, e deve esclarecer os critérios de prioridade, conforme risco. O mesmo vale para a lista de exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos da rede pública de saúde da cidade. (A publicidade dessas informações deve proteger os dados pessoais dos cidadãos, seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Esse projeto é inspirado na Lei nº 17.066/2017 do estado de Santa Catarina.

Equilibrar os recursos da saúde entre prevenção, atenção primária e hospitalização

Realizar emendas ao Orçamento para equilibrar os recursos entre a atenção primária e a terciária (hospitalização), contribuindo para ações de promoção e prevenção:

- fortalecendo a Estratégia de Saúde da Família com a ampliação de sua cobertura, através do aumento das equipes multidisciplinares e da implementação dessa estratégia em todas as UBSs;
- ampliando e fortalecendo a Rede de Atenção Psicossocial na atenção primária.

Cobrar o fortalecimento da política Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias

Lutar por mais investimentos na qualificação técnica, na capacitação continuada, na valorização profissional e em equipamentos necessários para o desempenho das atividades de agente comunitário de saúde (ACS) e de agente de combate às endemias (ACE).

Desta forma, será possível também a ampliação dos serviços na estratégia da saúde da família e na atenção básica e de vigilância epidemiológica e ambiental, mediante a participação social, com educação popular em saúde.



Segurança

Acreditamos que a segurança vai além da repressão, promovendo o bem-estar e a inclusão em cada bairro, para que todas as pessoas possam viver com tranquilidade. Nossas propostas visam transformar a segurança em um esforço coletivo, onde diferentes frentes de ação se complementam para proteger e valorizar a vida em comunidade.



Viva°coletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiaí



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Revitalização de bairros para reduzir crimes e promover o lazer e o comércio

As regiões do Centro, da Vila Arens e da Ponte São João merecem atenção, com um conjunto de ações que envolvam:

- base comunitária móvel da Guarda Municipal;
- rondas mais frequentes;
- iluminação e videomonitoramento reforçados;
- reforma de praças e áreas públicas
- consultório de rua ou equipamento do SUAS, que reforce o atendimento das pessoas em situação de rua.

Essa ação conjunta poderá ser promovida com a participação do Ministério Público e do Conselho de Segurança (Conseg).

Fiscalizar o contrato de iluminação pública para que instalação de LED seja orientada pelos dados de segurança pública, melhorando prevenção de crimes

Os investimentos em iluminação pública deveriam ser orientados pelos dados de segurança pública, criando ambientes mais seguros e reduzindo a criminalidade. Vamos levantar esses dados e propor mudanças em como a Prefeitura escolhe quais locais são prioritários para receber iluminação LED. Faremos isso em diálogo com o Conselho de Segurança, com as Polícias e com o Ministério Público, além da própria Prefeitura de Jundiaí.

Fiscalizar a instalação de videomonitoramento para que seja orientado pelos dados da segurança (melhorar prevenção)

Além de priorizar a iluminação com base nos dados da segurança pública, é fundamental fiscalizar os contratos e investimentos de instalação de câmeras de videomonitoramento 24 horas, priorizando os bairros que tenham maior número de crimes e com objetivo a construir espaços públicos mais seguros, estimulando o lazer, o esporte e o comércio e, assim, promovendo que mais pessoas ocupem o espaço público, o que gera ainda mais segurança.

Ampliar as competências do Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania para criar espaço de planejamento

Essa proposta de emenda à [Lei nº 8362/2014](#) busca adequar a composição do Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSPC). Além disso, queremos estabelecer que o CMSPC possa propor e apoiar a elaboração do Plano Municipal de Segurança. A partir dessa ampliação das competências do CMSPC,

nosso objetivo é conduzir um grupo de trabalho para analisar dados relativos à segurança pública no município e construir estratégias bairro a bairro, de acordo com suas características.

Criar a Ouvidoria da Guarda Municipal (GM) de Jundiaí para a comunidade ter um canal direto de comunicação

Emendar a Lei nº 6764/2006 para autorizar que a Prefeitura crie uma Ouvidoria específica para a Guarda Municipal, fortalecendo sua relação com a comunidade e criando um canal específico para que os cidadãos possam registrar dúvidas e reclamações.

Prever que o Conselho Municipal de Segurança indique o(a) Ouvidor(a) da Guarda Municipal

Emendar a [Lei nº 8362/2014](#) para incluir competência de que o Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania (CMSPC) indique lista tríplice para o Chefe do Executivo nomear o Ouvidor da Guarda Municipal.



Mobilidade Ativa

Queremos uma cidade onde todas as pessoas possam se deslocar com segurança e autonomia, integrando o transporte público com alternativas sustentáveis. Nossas propostas visam transformar o espaço urbano em um ambiente mais inclusivo e conectado, onde a mobilidade ativa e o transporte público de qualidade caminhem juntos.



Viva^o coletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiaí



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Cobrar mais recursos dentro do Orçamento para acalmar o trânsito da cidade (salvar vidas de pedestres, ciclistas e motoristas), criar cinco faixas exclusivas para ônibus e criar um sistema de ciclorrotas na cidade.

Isso será feito através de propostas de emendas às leis do [Fundo Municipal de Trânsito](#) e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial, para viabilizar o uso imediato de R\$ 30 milhões de reais para adequar calçadas ao padrão de acessibilidade exigido por Pessoas com Deficiência (PcD) e idosos, criar faixas de pedestres elevadas, implementar sinalização (zonas 30), ciclorrotas, calçadas compartilhadas e criar cinco faixas exclusivas para ônibus em vias que concentram a maior parte de linhas de ônibus. Essa prioridade ao transporte coletivo vai reduzir o tempo de viagem, trazer mais eficiência ao sistema e atrair novos usuários.

Fiscalizar a concessão de transporte coletivo e envolver o Ministério Público para cobrar que a frota seja híbrida/elétrica e a cidade reduza a emissão de poluentes com urgência

[Treze por cento das 402,9 mil toneladas de](#) Gases Efeito Estufa emitidos anualmente vêm dos ônibus da cidade, em Jundiaí. A mudança para frota híbrida poderia [reduzir em 20%](#) dessas emissões de gases estufa no curtíssimo prazo. A nova concessão será renovada e precisa contemplar essas metas.

Envolver o Ministério Público para conseguir que a tarifa de ônibus fique mais barata em Jundiaí

Levantar informações para municiar o Ministério Público e propor a mudança nos próximos contratos de ônibus em Jundiaí, de modo a reduzir os custos e, com aumento do subsídio, viabilizar a redução da tarifa progressivamente até a tarifa zero.



Educação

Nossa prioridade é assegurar que todos os alunos recebam um ensino de excelência, respeitando suas necessidades individuais e promovendo um ambiente inclusivo.

Nossas propostas visam construir um sistema educacional mais fortalecido e acolhedor, onde a qualidade do ensino seja a principal meta.



Vivaº coletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiá



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Fiscalizar permanentemente a Prefeitura para que seja cumprida a quantidade recomendada de crianças por turma na Educação Infantil

A recomendação do MEC (Parecer CNE/ CEB nº 20/ 2009) com relação à quantidade de crianças por turma deve ser cumprida e divulgada com transparência, em tempo real e pela internet, para o devido acompanhamento da comunidade escolar.

Também cobraremos o Executivo para que garanta a presença de professores(as) no período da tarde, para evitar salas que só tenham a presença de Educadores Infantis. **Quantidade recomendada:** 6 a 8 crianças por professor (no caso de crianças de 0 a 1 ano); 15 crianças por professor (no caso de crianças de 2 a 3 anos); e 20 crianças por professor (no caso de crianças de 4 e 5 anos)

Lei para fortalecer a supervisão pedagógica realizada pela Prefeitura nas creches particulares conveniadas

A partir disso, queremos garantir que os planos de trabalho das creches particulares efetivem as mesmas diretrizes curriculares e pedagógicas da rede pública. Essa proposta será implementada via emenda à Lei nº 8579/2016. A fiscalização é essencial para garantir a quantidade recomendada de crianças por turma na educação infantil (recomendação do MEC - Parecer CNE/ CEB nº 20/ 2009); e para prever a justa remuneração dos trabalhadores das creches conveniadas.

Envolver o Ministério Público para que a fila de creches seja reduzida, sem perder a qualidade

A fila de creche em Jundiaí segue alta há anos. O dado mais recente mostra 1131 crianças esperando vagas. As tentativas de reduzir a fila com parcerias com creches particulares não resolveram o problema e, pelo valor reduzido dos contratos, ameaçam a perda de qualidade. A persistência do problema mostra que será preciso uma ação permanente de monitoramento e avaliação das políticas para garantir a redução da fila sem perder qualidade de ensino, sem criar vagas longe da moradia e do trabalho das famílias e sem reduzir o número de creches e de trabalhadores na educação pública. A criação de vagas com horário estendido para as famílias que não têm rede de apoio e trabalham também deve ser analisada. Vamos levantar os dados, construir o diagnóstico e subsidiar o Ministério Público para que haja um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou instrumento similar e a Prefeitura seja levada a criar soluções.

Lei que garanta dados públicos e transparentes sobre a fila de creches na cidade

Criar lei para permitir a fiscalização e reduzir a lista de espera para creches. Hoje a fila de creche não apresenta todos os dados necessários para a fiscalização da

sociedade. Dados de taxa de atendimento e de demanda são atualizados apenas uma vez ao ano. Dados sobre a lista de espera são divulgados apenas por nome ou escola. Não é possível saber em tempo real qual o total de pessoas na lista de espera. Não é possível saber há quanto tempo estão esperando. Também não é possível saber as taxas de demanda e de atendimento em tempo ou filtrar para saber quantos matriculados em creches públicas e quantos em creches contratadas. Não há dados anonimizados sobre a renda das famílias atendidas e das famílias na lista de espera. Em resumo, os dados não possibilitam uma fiscalização real.

Lei que garanta dados públicos e transparentes sobre a situação das crianças e dos adolescentes que precisam de atenção especial para a aprendizagem (PcD e outros casos)

Precisamos de mais transparência para que as famílias e a comunidade escolar possam unir esforços e destinar serviços adequados aos alunos que dependem de atenção especial para sua aprendizagem. Para isso, vamos emendar a Lei nº 8.058, que prevê publicidade de dados referentes a unidades escolares municipais, para incluir a previsão de detalhamento sobre:

1. a situação das crianças e dos adolescentes que demandam atenção especial para a aprendizagem;
2. a existência de docentes habilitados para atender tais necessidades.

Cobrar recursos no Orçamento para fortalecer a linha de cuidado intersetorial

Cobrar recursos no Orçamento para fortalecer a linha de cuidado intersetorial (que articula Educação, Saúde e Assistência Social) para crianças e adolescentes neurodivergentes que necessitam de atendimento ambulatorial especializado, com especial destaque para a contratação de profissionais de apoio especializado.

Cobrar recursos no Orçamento para fortalecer a Atenção Psicossocial Infantil na cidade

O atendimento psicossocial infantil na cidade sofre com poucos recursos e, mesmo com a qualidade técnica e o esforço dos servidores públicos, precisa ser ampliado. Mais recursos para ampliar o atendimento CAPSi e no Hospital Universitário são necessários e nos comprometemos a dialogar com a Prefeitura, cobrando que esse orçamento seja garantido ou propondo emendas ao orçamento, caso essa garantia não seja pela Prefeitura.

Criar o Gabinete nas Escolas para que Material, Merenda, Segurança, Reformas e Direitos dos trabalhadores da educação sejam garantidos!

Inúmeros relatos de atraso na entrega de material, de problemas estruturais em escolas, na perda de qualidade, corte na merenda e na falta de rondas escolares, da sobrecarga de trabalho e falhas no atendimento de saúde mental dos trabalhadores da educação chegaram ao Cardume nesses anos. Além de fiscalizar e pressionar, queremos criar um GABINETE NAS ESCOLAS, visitando semanalmente as escolas de Jundiaí e aumentando o poder de fiscalização. Esse contato direto com professores, famílias e direção vai fazer a Prefeitura agir mais rápido e dar soluções. O gabinete nas escolas fará visitas, terá um canal para recebimento de denúncias e vai organizar a fiscalização através de requerimentos de informação, visitas, abaixo-assinado e contato com o Ministério Público.

Lutar pela valorização do cargo de Educadores Infantis.

Lutar pelo reconhecimento dos educadores infantis, compreendendo que o processo educativo na educação infantil é perpassado pela função indissociável entre o cuidar e o educar, baseando-se em três eixos norteadores: brincadeiras, interações e corporeidade conforme afirmado nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica Municipal de Jundiaí. Dessa forma, reconhecer o trabalho realizado diariamente por esses profissionais é fundamental para que se concretizem os objetivos previstos nos documentos oficiais referentes à educação.

Lutar pela valorização dos estagiários na Educação.

Nos últimos anos, a Prefeitura optou pela contratação de estagiários para suprir as necessidades de profissionais na Educação. Além de ser questionável a autorização de estagiários, em posições que exigem alta especialização, houve também a precarização desses estagiários já que se trata de um dos salários mais baixos da região. Assim, há enorme dificuldade de encontrar estagiários com formação e qualificação mínima, além da manutenção dos bons estagiários, que acabam saindo para buscar oportunidades melhores. Essa rotatividade de estagiários é prejudicial ao desenvolvimento dos estudantes.

Cobrar que a Prefeitura celebre parcerias com instituições públicas e privadas de ensino superior

A proposta é cobrar da Prefeitura que estabeleça parcerias com instituições públicas e privadas para criar cursos de licenciatura, pós-graduação e mestrado em educação, conforme o Plano Municipal de Educação. Além disso, pede-se a criação de bolsas de iniciação à docência para alunos de cursos presenciais que estagiam em escolas públicas por meio de IES públicas. A criação de uma licenciatura pública na cidade permitirá ao IFSP buscar recursos do PIBID do MEC, ampliando o reforço escolar no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio. A iniciativa visa garantir a

formação continuada dos professores, conforme o art. 206 da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) além de auxiliar no reforço escolar das escolas de Ensino Fundamental II da rede pública.

Acompanhar e cobrar a realização de concursos públicos e a fiscalização da contratação de cargos comissionados na educação.

Monitorar a realização de concursos públicos para garantir que as vagas na área de educação sejam preenchidas de forma transparente e justa. Isso inclui verificar a regularidade e a frequência dos concursos para que as necessidades de pessoal sejam atendidas. Verificar e assegurar que a contratação de funcionários para cargos comissionados, ou seja, aqueles nomeados sem a necessidade de concurso, seja feita de maneira correta e transparente. Essa fiscalização busca garantir que essas contratações não sejam feitas de forma indevida ou por motivos eleitorais, mas sim com base na competência e na necessidade do setor educacional.



Meio Ambiente

A construção de uma cidade realmente boa de se viver passa pela proteção de nosso meio ambiente e pelo compromisso com práticas que preservem nossos recursos naturais. Nossa atuação será firme na fiscalização e na contenção de ações que ameaçam áreas que deveriam ser protegidas.



Viva^ocoletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiaí



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Criar o projeto “Mini Serras do Japi” para induzir a criação de 2 corredores ecológicos ligando a Serra do Japi aos rios da cidade e melhorando arborização em 18 bairros

Atualmente, a Serra do Japi está desconectada das outras áreas verdes de Jundiaí, o que prejudica a nossa biodiversidade. Esse isolamento dificulta, por exemplo, a polinização e impacta não somente a floresta, mas também a agricultura local. Por isso, queremos estabelecer corredores ecológicos que criem "Mini Serras do Japi", conectando a mata nos vetores leste e sul da cidade. Assim, diminuiremos o isolamento da Serra do Japi e melhoraremos a qualidade de vida em 18 bairros. Vamos fazer isso através de uma emenda ao Plano Diretor e ao Código de Obras e Edificações, estabelecendo regras claras sobre arborização urbana, inclusive nas calçadas.

Lei para garantir transparência e fiscalização no corte de árvores na cidade

Em Jundiaí, têm ocorrido inúmeros casos de corte ou supressão de árvores que geram revolta entre os moradores e levantam questionamentos sobre os reais motivos dessas ações. Para resolver essa questão, criaremos uma lei que obriga a transparência nos pareceres favoráveis ao corte ou supressão de árvores, garantindo que a comunidade possa fiscalizar e entender se houve indicação técnica para as supressões ou se houve algum excesso motivado por outras questões. A lei se inspira na boa prática de Vinhedo-SP, que já obteve parecer jurídico favorável.

Lei para criar passagens de fauna e salvar os animais silvestres na cidade

De acordo com dados da Mata Ciliar, o número de animais silvestres atendidos após atropelamentos tem aumentado drasticamente em Jundiaí. A redução dos habitats naturais exacerba esse problema. Para mitigar essa questão, é necessária a construção de passagens de fauna nas vias com maior taxa de atropelamentos, permitindo o deslocamento seguro dos animais. Essas estruturas ajudarão a diminuir os incidentes e preservar a biodiversidade local. A lei será baseada na experiência bem-sucedida de Paulínia-SP, que já demonstrou a constitucionalidade da medida.

Articular Câmara, Prefeitura e Ministério Público para melhorar o contrato de gestão de resíduos na cidade

Em 2022, 100% do Resíduo é coletado em Jundiaí, mas apenas 1,52% dos materiais recicláveis coletados são recuperados em Jundiaí. Apenas 4,5% do lixo jundiaense foi reciclado em 2023. Esse número já chegou a 7,32% em 2010 (SNIS). Para mudar esse cenário, propomos fiscalizar a Política Municipal de Resíduos Sólidos e propor uma emenda à Lei nº 8.574/2015, incluindo o fomento à compostagem doméstica como um dos objetivos. Também sugerimos criar um grupo permanente na Câmara Municipal, envolvendo a Prefeitura, Conselhos Municipais e o Ministério Público para

analisar e propor mudanças no modelo de contratos de gestão de resíduos, ampliando a varrição mecanizada, estabelecendo a coleta através de três contêineres e optando por cooperativas na triagem dos materiais.

Lei de Compostagem para melhorar a reciclagem de Jundiaí

Aproximadamente 50% dos resíduos sólidos urbanos são orgânicos. Sua destinação inadequada para aterros sanitários contribui para a emissão de gases de efeito estufa e desperdício de recursos. Propomos a criação de uma lei com diretrizes para o descarte e reutilização apropriada de resíduos orgânicos, prevendo responsabilidades para estabelecimentos privados, estímulo à compostagem doméstica e a criação de composteiras públicas. Esta iniciativa segue exemplos de cidades como Florianópolis-SC, São Paulo, Americana e São José dos Campos, no estado de SP.

Lutar por recursos do Orçamento para estimular a compostagem doméstica

Para estimular a compostagem doméstica, é necessário garantir recursos específicos no Orçamento Municipal, seguindo o exemplo de municípios que realizaram campanhas de educação ambiental e distribuíram composteiras domésticas gratuitamente, como o programa CompostaSP da Prefeitura de São Paulo. Vamos cobrar que a Prefeitura destine recursos para ações similares em Jundiaí.

Lei para criar Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal (RPPNM) e financiar proteção da Serra do Japi

Seguindo o exemplo de Curitiba-PR, propomos criar um mecanismo para estimular e financiar a preservação da Serra do Japi por parte dos proprietários de imóveis na área. Esta lei permitirá que os proprietários recebam apoio financeiro para realizar projetos de agroecologia, turismo ecológico e ações de preservação da mata nativa.

Fortalecer os conselhos ligados à preservação do meio ambiente na cidade

Por meio de uma emenda à Lei do Fundo Municipal de Conservação Ambiental, nossa intenção é garantir a participação ativa do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e do Conselho Gestor da Serra do Japi na deliberação sobre a destinação dos recursos do Fundo Municipal de Conservação Ambiental, assegurando que os investimentos sejam direcionados de forma eficaz para a conservação ambiental.

Cobrar que o recurso do Fundo Municipal de Conservação Ambiental seja utilizado para proteger a Serra do Japi e a área rural da cidade

Também propomos a definição de uma alíquota mínima a ser usada (ou compor reserva) para a aquisição de imóveis que ampliem a Reserva Biológica Municipal da

Serra do Japi (Rebio); e outra alíquota destinada a financiar os editais de projetos em Serviços Ambientais (PSA) e em Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN). Fiscalizar a destinação dos recursos do Fundo para garantir sua finalidade é uma meta nossa.

Lei determinando prazo para a Prefeitura criar uma Lei do Clima que responda às mudanças climáticas

Proposição de uma emenda ao Plano Diretor (Lei 9.321/2019, Capítulo XI, Art. 185-B) para determinar um prazo de 180 dias para a elaboração de um inventário de emissões de gases de efeito estufa e de 365 dias para a criação de um Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas. Este plano deve detalhar ações para reduzir em 50% as emissões de gases de efeito estufa até 2030 e fortalecer a resiliência do município.

Cobrar a realização 67 obras de drenagem necessárias para reduzir os riscos e prejuízos a famílias e bairros vítimas do racismo ambiental em Jundiaí

Fiscalizar a execução do [Plano Municipal de Saneamento Básico](#), do [PLANO DIRETOR DE MACRODRENAGEM DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JUNDIAÍ](#) e do [MAPEAMENTO DE RISCO feito pela Prefeitura](#) que, juntas, indicam ao menos 67 obras necessárias para mitigação e adaptação em relação à drenagem e aos riscos agravados pelas mudanças climáticas. O mandato vai cobrar que o Orçamento preveja recursos para a execução destas obras, já que o que se vê é que a Prefeitura já indicou a necessidade de realizar tais obras há anos, mas elas não saem do papel. Os bairros e famílias mais afetados, geralmente são aquelas com menor renda e mais desfavorecidos, marcando o racismo ambiental que ocorre em Jundiaí. Exemplo disso é o resultado da política de canalização de rios sem criar reservatórios e áreas para controle de cheias, que fez com que Jundiaí tenha inundações recorrentes no Vetor Oeste.

Envolver o Ministério Público ambiental para acordo com a Prefeitura garantindo mais recursos e melhores ações de prevenção de queimadas

A prevenção de queimadas em Jundiaí está deficiente, com incêndios recorrentes nas mesmas áreas. Propomos identificar essas áreas e negociar um termo de ajustamento de conduta junto ao Ministério Público para garantir a implementação de medidas preventivas eficazes, como aceiros, cercamento, videomonitoramento e fiscalização rigorosa.

Levantar informações e acionar o Ministério Público para obrigar a elaboração do Plano de Manejo da APA Jundiaí

Jundiaí é APA (Área de Proteção Ambiente) desde 1984. No entanto, até hoje, a APA Jundiaí não tem Plano de Manejo. É preciso pensar o território dentro da lógica das Unidades de Conservação. É preciso pensar o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) como o SUS, ou seja, um Sistema Nacional, que integra, fortalece e aprimora o cuidado. Nesse sentido, é importante que as propostas ambientais levem sempre em conta a ferramenta básica da gestão de UCs, ou seja, o Plano de Manejo. Em Cajamar-SP (APA Cajamar, Cabreúva e Jundiaí - APAs CCJ), a mobilização da sociedade em ação pública levou à decisão judicial de exigir da Fundação Florestal a imediata elaboração do Plano de Manejo.



Cultura

A cultura é uma força transformadora que precisa ser fortalecida em toda a cidade. Vamos lutar por mais recursos para a Cultura jundiaíense, garantindo que cheguem às periferias, com especial foco nas juventudes. Queremos integrar a cultura à revitalização do centro de Jundiaí e fiscalizar a Prefeitura para assegurar uma gestão mais profissional. Além disso, vamos ampliar a gestão compartilhada de equipamentos e fortalecer os espaços culturais, tornando a cultura acessível a todos.



Viva^ocoletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiaí



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Criar o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (Pro-Mac) ampliando o orçamento destinado à cultura

O Pro-Mac estabelece incentivo fiscal, através do IPTU, para apoiar a realização de projetos culturais, benefício a ser concedido a pessoa física ou jurídica domiciliada no município. Essa proposta é baseada nas leis de incentivo criadas pelas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro e do próprio Proac. No caso de Jundiaí, não será em mecenato e sim como o Proac, que define a destinação de recursos através de editais. [Hoje a contribuição voluntária é insuficiente para gerar receitas relevantes](#) e o orçamento municipal de cultura é menor que 0,9% do PIB municipal. [Anualmente são 276 milhões de IPTU, o que indica uma possibilidade real de financiamento mesmo que a Prefeitura definisse 0,5% a 1% de renúncia](#). A cidade de Mogi das Cruzes-SP tem um edital nessa linha que pode ser utilizado como referência.

Cobrar que a Prefeitura viabilize Editais de Patrocínio para a Festa da Uva e para o Carnaval, ampliando os recursos da Cultura.

A Festa da Uva recebeu 242 mil pessoas e movimentou R\$ 32 milhões, em 2024. O Carnaval de Jundiaí mobiliza cerca de 30 mil pessoas. Ambas as festas têm potencial para atrair patrocinadores e, dessa forma, trazer recursos privados adicionais ao setor cultural. O edital de patrocínio pode definir cotas variáveis para atrair empresas patrocinadoras de distintos portes. Há contrapartidas para instalação de pórticos, estandes, panfletagem, ativação de marca e presença nos materiais de divulgação da festa, entre outras ações. [Há inúmeros editais disponíveis para inspirar a Prefeitura](#). As grandes festas têm o potencial de atrair recursos privados, ampliando indiretamente o orçamento total destinado à cultura. Passou da hora de fazer isso.

Criar Lei de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) para apoiar jovens especialmente das periferias

No âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, esse programa terá a finalidade de apoiar, financeiramente (por meio de subsídio), atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do município desprovidas de recursos e equipamentos culturais. Uma das características será a simplificação dos projetos, uma vez que o foco estará em incluir jovens que estão realizando seus primeiros projetos culturais. Essa ideia será concretizada através de [Projeto de Lei](#) inspirado no VAI, que existe na capital paulista desde 2003 com excelentes resultados. A iniciativa também é uma maneira de institucionalizar a experiência do ESPALHA - Edital de Cultura para Juventudes.

Isenção de IPTU para economia criativa e cultura no centro de Jundiaí

Emenda ao Plano Diretor para criar o IPTU Cultural, que autoriza a isenção fiscal para imóveis no Polígono de Proteção do Patrimônio Histórico, desde que sejam estabelecimentos comerciais e tenham atividades relacionadas à cultura. A iniciativa também será realizada através de Projeto de Lei autorizando a isenção de IPTU para estimular economia criativa e vida noturna no centro.

Art. Para possibilitar o atendimento dos objetivos previstos na lei, bem como estimular as atividades econômicas criativas, fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivos aos estabelecimentos inseridos no Polígono de Proteção do Patrimônio Histórico que, cumulativamente:

- I - se enquadrarem em listagem da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE constante em Anexo da lei;
- II - funcionarem aos finais de semana, em horário a ser definido pelo regulamento;
- III - permanecerem abertos no período noturno, em horário a ser regulamentado por ato do Executivo.

[A proposta é inspirada em lei criada em São Paulo.](#)

Projeto que concede isenção de IPTU aos imóveis em que se estabelecem teatros e espaços culturais

Lei para autorizar a concessão de isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU - aos imóveis utilizados exclusiva ou predominantemente como teatros ou espaços culturais, cuja finalidade seja a realização de espetáculos de artes cênicas, e que apresentem, cumulativamente, as seguintes características:

- I - teatros e espaços culturais que desenvolvam ações de criação, produção, formação, programação ou promoção de atividades artísticas com finalidade estética e cultural;
- II - acesso direto por logradouro público ou espaço semipúblico de circulação em galerias;
- III - capacidade de público, por sala, de até 400 (quatrocentas) pessoas sentadas.

[Inspiração é lei aprovada em São Paulo.](#)

Criar a Política Municipal de Cultura Viva para fomentar pontos de cultura em Jundiaí

Diversos municípios ([exemplo 1](#) e [exemplo 2](#)) já criaram suas leis de Cultura Viva, inspiradas em lei federal. Essa política permite que o município estabeleça critérios para cadastrar pontos de cultura e realizar o fomento cultural, com apoio financeiro para que as atividades culturais continuem sendo realizadas nesses espaços e beneficiem a comunidade. Esse tipo de política pública poderia ter fortalecido espaços culturais como o Gabinete de Leitura Ruy Barbosa, por exemplo. Essa lei

também facilitará que os pontos de cultura de Jundiaí [consigam receber recursos da política federal](#), ampliando os recursos em torno da cultura e da economia criativa da cidade, gerando impostos e empregos.

Possibilitar a participação social na gestão de equipamentos culturais como o Centro das Artes, o Expressa, o Polytheama e os coretos, entre outros.

Lei autorizando que sejam instituídos Comitês Gestor tripartite (poder público, sociedade civil e comunidade do entorno) em todos os equipamentos culturais geridos pela Prefeitura de Jundiaí, [seguindo modelo já aplicado no CEU das Artes](#). Os representantes da sociedade civil serão indicados pelo Conselho Municipal de Política Cultural, fortalecendo seu papel como instância de fiscalização e de participação social. A gestão compartilhada é fundamental para que a comunidade possa se apropriar e fortalecer cada equipamento, potencializando e democratizando seus usos. Os equipamentos deixam assim de serem apenas estatais (gestão do Poder Público) e podem vir a ser comuns, geridos pelo Poder Público e pela sociedade de maneira compartilhada.

Cobrar que a Prefeitura abra concurso público para ter equipe especializada em cultura

A Prefeitura de Jundiaí, hoje, apoia uma série de eventos (Festa da Uva, Carnaval) e corpos artísticos permanentes que se apresentam com frequência, além de acompanhar uma grande quantidade de apresentações que são fomentadas e utilizam os equipamentos públicos culturais. Por isso, é urgente a abertura de concurso público para Produtor Cultural, constituindo uma equipe especializada e permanente no governo municipal.

Cobrar que a Prefeitura invista no aperfeiçoamento dos profissionais da Secretaria de Cultura

Cobrar que a realize o aperfeiçoamento de seus quadros concursados para que a equipe de gestão e as equipes responsáveis pelos equipamentos (museus, pinacoteca, etc) se especializem em gestão cultural, editais de projetos culturais e em captação de recursos.

Cobrar que a Prefeitura crie lei para garantir a existência dos Corpos Artísticos

Cobrar que o Executivo crie lei para assegurar a manutenção dos Corpos Artísticos estáveis (Cia. de Teatro de Jundiaí, Cia. Jovem de Dança, Coral Infante Juvenil Cidade das Crianças, Coral Municipal de Jundiaí, Orquestra Sinfônica Municipal de

Jundiaí) com orçamentos próprios e regulamentação das atividades dos artistas envolvidos. A Câmara já criou essa lei em 2017, mas o Prefeito de Jundiaí pediu sua suspensão - por motivos de inconstitucionalidade, já que apenas o Prefeito pode propor lei como essa.

Fiscalizar e acompanhar a implementação do Plano Municipal de Cultura

O Plano Municipal de Cultura prevê ações, planos e programas para o planejamento da cultura de Jundiaí para os próximos 10 anos. Estão previstas ações que remanejam o orçamento da UGC, que criam novos programas e novas leis. O acompanhamento e a fiscalização devem ser permanentes e em contato com a classe artística para o estabelecimento das prioridades e avaliação das ações tomadas.

Cobrar que a Educação promova a leitura como instrumento de aprendizagem

A leitura desenvolve atenção, concentração, memória e raciocínio. Amplia o vocabulário e desenvolve valores com as crianças. É comprovado o [Impacto da leitura do adulto feita pelo adulto para o desenvolvimento da criança na primeira infância](#), desde que apoiado por mediação de leitura. A Prefeitura de Jundiaí deveria priorizar a mediação de leitura e a distribuição de livros e conteúdo de apoio aos pais para estimular a leitura na cidade. Vamos cobrar que o orçamento municipal da educação priorize a leitura!



Assistência Social

A Assistência Social desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Nossas propostas buscam garantir que cada pessoa receba o suporte necessário com a qualidade e respeito que merece, ampliando a capacidade de atendimento e aprimorando os serviços oferecidos.



Viva^o coletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiaí



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Exigir mais orçamento para a Assistência Social para fortalecer os serviços

Cobrar Orçamento para garantir a prestação dos serviços de assistência social, com especial atenção às equipes mínimas e garantia da quantidade recomendada de profissionais para atender a demanda, além da ampliação da quantidade de equipamentos e serviços. Cobrar da Prefeitura a garantia das equipes de referência conforme orientações Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), Gesuas (<https://www.gesuas.com.br/blog/diferenca-cras-creas/>) e Nota Técnica NT ID CRAS e IDCREAS nº 27/2015. Há consenso entre servidores, entidades e população de que a quantidade de equipes e equipamentos está aquém das necessidades.

Lei para reforçar direito a escuta especializada para crianças vítimas de violência

Apesar da lei federal, de 2017, que garante a escuta especializada através do Centro de Atendimento Integrado, com uma estrutura que proporcione acolhimento e a privacidade de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, em Jundiaí esse direito não foi regulamentado, nem tirado do papel. Já que o tema não avançou, vamos apresentar projeto de lei municipal, reforçando esse direito e tendo como resultado imediato a pressão para que a escuta especializada seja implementada!

Fortalecer o 3º setor de Jundiaí com parcerias mais duradouras, estáveis e com valores adequados para os serviços contratados

Promover o debate entre Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Executivo, Legislativo e Judiciário para que as melhores práticas do Marco Regulatório (MROSC) sejam realizadas na cidade. Em especial, lutar para que as parcerias entre Prefeitura e OSCs permitam maior previsibilidade, reduzam a rotatividade de equipes e remunerem adequadamente os serviços, especialmente os de alta complexidade que hoje apresentam subfinanciamento.

Fiscalizar a atualização do Cadastro Único em Jundiaí

Historicamente, Jundiaí mantém uma taxa preocupante de desatualização de seu Cadastro Único, o que na prática mantém famílias invisibilizadas e acaba impedindo que pessoas em situação de miséria e de fome acessem o Bolsa Família. Há 17.131 famílias inseridas no Cadastro Único e apenas 9.605 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos. Há, potencialmente, sete mil e quinhentas famílias que podem estar precisando de benefícios. A Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do município é de 67,1%, enquanto a média nacional é de 85,9%. O município recebe recurso federal para atualizar o cadastro, mas não tem executado. Por isso, o

município de JUNDIAÍ/SP está recebendo 60% do total que poderia receber do recurso do IGD PBF.

Cobrar que a Prefeitura implemente as leis federais que ampliam a empregabilidade de mulheres vítimas de violência doméstica.

Cobrar a implementação efetiva do decreto 11430/23, que exige a contratação de um percentual mínimo de mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas e o uso de ações de equidade de gênero como critério de desempate em licitações na administração pública. Além disso, cobrar o cumprimento, por parte da Prefeitura, da Lei 14.542/23, que reserva 10% das vagas intermediadas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar.

Transparência nos dados da Assistência para dar força aos pedidos de orçamento para a área

Vamos propor um Projeto de Lei que preveja a publicidade de dados sobre a quantidade de profissionais, os serviços prestados e a quantidade de beneficiários/atendidos em cada unidade do SUAS do município. Tal medida facilitará a fiscalização para demandar mais recursos e investimentos no SUAS.

Cobrar a realização de Concurso Público no SUAS para garantir equipes mínimas nos equipamentos e serviços

Jundiaí precisa de mais profissionais no SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Vamos cobrar a abertura de concurso público atendendo as orientações da NOB RH SUAS e considerando as formações de nível superior apontadas como integrantes do Sistema preconizadas na Resolução do CNAS nº 17 de 2011. A abertura de vagas deve ter especial atenção às categorias de Assistente Social, Psicólogo, Sociólogo e Terapeuta Ocupacional.

Fiscalizar a tipificação e os fluxos de serviço para atender pós-medidas

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas protetivas e medidas socioeducativas. Depois que elas se encerram, crianças e adolescentes entram na fase "pós-medidas", quando ainda é necessário uma atenção especial para garantir que não haja regressão ou reincidência nos casos. Essas medidas devem ser tipificadas e seus fluxos detalhados, para que passem a integrar as ações do SUAS em Jundiaí. Um exemplo disso é que [Jundiaí não aderiu a termo de cooperação que a Fundação CASA assinou com 11 municípios do Estado de São Paulo](#) para garantir ações de pós medida. A cidade está atrasada.

Garantir a divulgação dos imóveis que são da Prefeitura para gerar economia no SUAS e utilizar o recurso nos serviços

Criar lei que garanta transparência do inventário de imóveis de propriedade da Prefeitura de Jundiaí para gerar economia com aluguéis de imóveis, possibilitando a análise caso a caso para priorizar o uso dos imóveis para alocação de serviços da rede direta e indireta (aqueles realizados pelas OSC's, por meio de Termos de Colaboração, para execução de serviços tipificados).



Habitação

Moradia digna é um direito fundamental e uma base essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nossas propostas buscam garantir que a cidade ofereça soluções habitacionais adequadas para todas as pessoas, combatendo a desigualdade e promovendo a justiça social.



Viva^o coletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiaí



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Atualizar o valor do Auxílio Moradia e fiscalizar a fila de espera desse benefício

O valor de R\$ 850,00 não é corrigido desde 2017. Apenas pela correção do IGP-M, o benefício deveria ser de R\$ 1400,00, em 2024. Na prática, o valor atual está muito defasado e não se mostra viável para alugar um imóvel e garantir que a família tenha dignidade e consiga se reestruturar. Também há falhas na concessão desse benefício. Há poucas informações transparentes para verificar que as famílias realmente se enquadram nos critérios da lei. Há poucas informações para saber qual o tamanho da fila de espera, há quanto tempo cada família está esperando e há quanto tempo cada família recebe o benefício. Essas correções deverão ser feitas através de emenda à Lei no 8.759/2017 ([Lei de Auxílio Moradia](#)). Durante todo ano de 2023 houve fila de espera de cerca de 80 famílias que viviam em área de risco, sem que a Prefeitura tivesse dedicado orçamento para resolver a questão. A FUMAS apelou ao Conselho Municipal de Política Territorial, onde o Movimento Cardume atua, e o Conselho destinou recurso do Fundo Municipal. No entanto, mais uma vez o orçamento de 2024 negligencia essa demanda.

Criar lei que melhore a transparência do inventário de imóveis da Prefeitura para estimular uso para moradia popular

Lei para melhorar a divulgação dos imóveis públicos, de modo que toda a cidade identifique quais poderiam ser utilizados para programa de locação social e quais poderiam ser oferecidos como contrapartida para a realização de empreendimentos habitacionais populares.

Emenda ao Plano Diretor para garantir recursos a projetos de moradia popular

Essa emenda deverá incluir a regularização fundiária e a aquisição de imóveis para a constituição de uma reserva fundiária. Essa proposta também prevê fiscalizar o Executivo a fim de garantir que parte dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial possa ser destinada à aquisição de terra urbana para produção de habitações de interesse social (HIS) de boa qualidade e bem localizadas. Por fim, é preciso também trabalhar para que no orçamento municipal sejam reservados recursos suficientes para o enfrentamento da precariedade habitacional.

Cobrar da Prefeitura saneamento básico, eletricidade e coleta seletiva que faltam a alguns bairros

Cobraremos do Executivo a coleta de lixo e a instalação de rede de água, esgoto, energia elétrica e rede de drenagem nos assentamentos precários de baixa renda, como por exemplo Jardim Antonieta, Rententém, Jardim Santa Gertrudes, Balsan, Jardim Sorocabana, parte do Jardim São Camilo e do Jardim Novo Horizonte, Ivturucaia e outros assentamentos que ainda não possuam algum tipo de infraestrutura. A partir dessas exigências, buscamos também garantir as ações de regularização fundiária, que visem não somente ao recebimento do título de propriedade do imóvel, mas também a uma melhor qualidade urbanística, e de vida, para a população.

Emenda ao Plano Diretor para estimular habitação no Centro de Jundiaí

Ajuste dos parâmetros e exigências de recuo e garagem para viabilizar novos empreendimentos de habitação no Centro. Fiscalização dos projetos aprovados para garantir que o trâmite na Prefeitura de Jundiaí implemente as diretrizes de estímulo à habitação no Centro.

Cobrar a implementação do Programa de Locação Social na cidade

Jundiaí já tem a [Lei do Programa de Locação Social](#) que prevê um benefício para famílias de baixa renda conseguirem ter uma moradia digna. Todos na cidade ganhariam: as famílias que hoje vivem em moradias precárias e até mesmo proprietários de imóveis abandonados ou vazios, que hoje são alvo de vandalismo e furtos. Mas a lei não sai do papel, porque a Prefeitura de Jundiaí não coloca orçamento. Vamos cobrar que essa lei entre em vigor, fiscalizando e garantindo que o benefício ajude a estimular a ocupação de imóveis vazios, em áreas mais próximas ao Centro e que já contém com infraestrutura urbana.



Servidores Públicos

Leis que tratam dos servidores públicos são de autoria exclusiva do Prefeito, mas não significa que a cobrança não possa existir. A partir do diálogo permanente com os servidores e o compromisso na defesa de seus direitos, é possível buscar emendas e ajustes nas propostas do Executivo.



Vivaº coletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiaí



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Cobrar revogação do confisco das aposentadorias de servidores

A atual gestão municipal aprovou uma Reforma da Previdência que confiscou parte das aposentadorias de servidores públicos, sob alegação de ser necessário para cobrir o déficit do Iprejun. Ocorre que esse déficit existe desde a criação do Iprejun e, por longos anos, a Prefeitura nem sequer aumentou a contribuição que ela mesmo fazia, mostrando descaso com a sustentabilidade da Previdência Municipal e com o déficit. Vamos pressionar o Executivo para que o confisco seja revogado e o plano para resolver o déficit atuarial do Iprejun considere outras possibilidades, como a contribuição progressiva dos ativos (maiores salários contribuindo mais) e o alongamento do plano, resolvendo o déficit em um período maior, diminuindo o custo social de medidas como o confisco.

Cobrar reajustes que garantam valorização real dos salários

Nos últimos anos, os reajustes salariais praticados pela Prefeitura de Jundiaí nem sequer cobriram a inflação acumulada no período. Mesmo assim, foram aprovadas na Câmara. Nosso compromisso é de lutar para garantir valorização real, propondo emendas e apoiando a justa reivindicação feita por servidores.

Fiscalizar os serviços de saúde mental oferecidos aos servidores

Em diversas áreas da Prefeitura há relatos de servidores com dificuldade para receber acolhimento, tratamento e afastamento por motivos de traumas ou questões de saúde mental relacionadas com o trabalho (atividade laboral). Vamos monitorar de perto a situação, servindo como um canal de denúncia e fiscalização.



Transparência e Participação

Acreditamos que um mandato deve ser conduzido com total transparência e em constante diálogo com a sociedade. As ações de quem se elege precisam ser claras e sempre voltadas para o bem comum. Mais do que isso: cada pessoa deve ter voz ativa e participar diretamente das decisões políticas. Queremos construir uma cidade onde todas as pessoas sejam parte do processo. Confira nossas propostas para transformar essa visão em realidade.



Viva^o coletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiaí



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Criar um Orçamento Participativo da Câmara para debater nos bairros

Nossa proposição é que a Câmara faça audiências nas 7 regiões da cidade, visitando os bairros e ouvindo o que as pessoas mais precisam. Só depois de ouvir a sociedade, a Câmara terá condições de debater e melhorar o orçamento enviado pela Prefeitura de Jundiáí. Essa proposta será feita através de mudança no Regimento.

Lei para possibilitar Plebiscito, Referendo e projetos de iniciativa popular em Jundiáí

Possibilitar maior participação social na cidade, prevendo casos em que o Legislativo e o Executivo deverão escutar a população através de plebiscitos ou referendos, além de prever a possibilidade de a população criar projetos de iniciativa popular.

Criar um Conselho de Usuários na Câmara para monitorar serviços públicos da cidade

Essa é uma das propostas mais modernas que vem se espalhando pelo Brasil para buscar a melhoria do serviço público. Esse Conselho terá paridade de gênero e será formado por representantes de conselhos municipais e das 7 regiões, fortalecendo a Câmara Municipal em sua missão. Essa proposta será feita através de Projeto de Resolução.

Criar uma Escola da Câmara para empoderar conselheiros municipais e a sociedade civil

Apresentada através de projeto de lei, a Escola da Câmara poderá oferecer cursos que fortaleçam o trabalho feito por conselheiros municipais, ativistas, servidores públicos e pessoas que trabalham no 3º setor (especialmente que atuam em parceria com o Executivo). Dessa forma, todo o trabalho das pessoas que participam fiscalizando as políticas na cidade ou que atuam em parceria com o poder público ficará mais consistente e efetivo.

Exigir transparência quando forem feitas mudanças de Orçamento e do Plano Diretor

Queremos a obrigatoriedade de Audiências Públicas antes da votação de qualquer crédito suplementar (mais orçamento) para a Prefeitura ou de mudanças no Plano Diretor. Dessa forma, a população pode receber explicações e acompanhar cada caso. Para atingirmos esse objetivo, vamos propor uma emenda à Lei Orgânica do Município.

Criar Núcleo de Avaliação Estratégica (NAE) para a Câmara fiscalizar a Prefeitura

Seguimos a boa prática da Assembleia Legislativa de SP. Tal núcleo teria como objetivo levantar e analisar dados sobre o uso do recurso público e os serviços públicos prestados pela Prefeitura. Nossa intenção é apoiar o trabalho de fiscalização que a Câmara e os vereadores têm a obrigação de fazer.

Lei para possibilitar a gestão participativa das praças da cidade

[Inspirados em lei de São Paulo](#), queremos aprovar lei que possibilita a gestão participativa das praças de Jundiaí. Seguindo regras, os moradores poderão se unir e constituir comitê de usuários que vai acompanhar a manutenção, os serviços públicos e as obras de melhorias de praças.

Revisar lei do Parlamento Jovem para criar um concurso anual de Redação com tema de cidadania

Emenda à lei que criou o Parlamento Jovem vai alterar o processo de seleção dos jovens, prevendo que as escolas participem de um concurso de redação com temática de cidadania promovido pela Câmara Municipal, que vai designar equipe especializada para realizar palestras nas escolas e estabelecerá uma comissão avaliadora para as redações. Dessa forma, milhares de jovens poderão refletir e debater anualmente sobre cidadania, potencializando os conteúdos do currículo escolar e construindo uma cultura cidadã na cidade.



Desenvolvimento Econômico e Humano

Queremos uma cidade que invista no potencial de sua população, oferecendo acesso à educação, capacitação profissional e empregos dignos. Aqui estão nossas propostas para criar um ambiente de crescimento inclusivo, onde o desenvolvimento pessoal e o progresso econômico caminhem juntos.



Viva^o coletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiaí



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Cobrar Orçamento para fortalecer FATEC e o Instituto Federal para democratizar e fortalecer a Inovação, a Ciência e a Tecnologia na cidade

Cobrar que a Prefeitura utilize seu Orçamento para Ciência, Tecnologia e Inovação e destine parte da arrecadação do ICMS para fortalecer a FATEC e o Instituto Federal, possibilitando que elas ofereçam mais cursos de ensino superior ligados à ciência, à tecnologia e à inovação e bolsas de estudo. Isso democratizará o acesso ao ensino superior e ampliará a geração de pesquisas e inovações, contribuindo com o desenvolvimento humano e econômico de Jundiaí. [O número de bolsas de pesquisa de jundiaenses vem caindo.](#) Apesar dos esforços de retomada do governo federal, há poucas boas notícias que apontem para o crescimento da Fatec e do IFSP na cidade. Pelo contrário, ambas sofrem com pouco investimento para garantir segurança, alimentação e mobilidade dos estudantes, trabalhadores e professores.

Fortalecer o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e reformar seu Fundo Municipal

É necessário estimular o papel deliberativo do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e reformar o Fundo de Apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação de Jundiaí (FACTI) para que o uso de seus recursos seja decidido por conselho diretor paritário (composto por governo e sociedade). Também é necessário autorizar que o FACTI celebre convênios para que seus recursos possam financiar cursos de ensino médio-superior em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos. Essa proposta será implementada através de Emenda à Lei Municipal de Inovação.



Igualdade de Gênero

Acreditamos que todas as pessoas têm o direito de viver sem discriminação e com acesso igual a oportunidades e recursos, independentemente do gênero. Nossa abordagem inclui a implementação de políticas que garantam igualdade e combatam a violência de gênero.



ViVa°coletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiaí



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Lei para garantir mais mulheres em todos os Conselhos Municipais

Projeto de lei para Garantir 50-50 em todos os Conselhos Municipais de controle social. Projeto inspirado na [LEI Nº 15.946 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013](#) de São Paulo.

Acompanhar os serviços que atendem mulheres vítimas de violência para garantir sua qualidade

Estabelecer diálogo permanente com a Delegacia da Mulher, o Instituto Médico Legal, a Defensoria e as equipes da Saúde (SUS) e da Assistência Social (SUAS) que atendem mulheres em situação de violência para garantir que haja estrutura e recurso disponíveis para os profissionais, bem como sua especialização para atendimento humanizado e de qualidade.

Cobrar Orçamento e prioridade da Prefeitura para criar um Centro de Referência da Mulher

Ter um Centro que ofereça o primeiro atendimento completo e integrado (médico, jurídico, psicológico e assistencial) para mulheres em situação de violência e que fique responsável pelo encaminhamento e acompanhamento dos casos junto aos demais serviços. É importante envolver a sociedade na estruturação dos serviços oferecidos pelo Centro de Referência da Mulher.

Garantir benefício eventual para mulheres de baixa renda que estejam sob proteção da Justiça por serem vítimas de violência

Alterar Lei nº 9957 para incluir, dentre os critérios de prioridade para concessão do benefício eventual de auxílio em situação de vulnerabilidade temporária, mulheres que estejam sob proteção da Justiça por serem vítimas de violência, observando os demais critérios previstos na lei.



LGBTQIA+

Queremos que cada pessoa, independentemente de sua identidade ou orientação sexual, sinta-se respeitada e incluída em todos os aspectos da vida comunitária. Nossas ações visam transformar a inclusão em uma prática concreta e a celebração da diversidade em uma realidade cotidiana.



Viva°coletivo!

Candidatura coletiva para vereador em Jundiaí



50123

Henrique Parra do Cardume

Assessoras **Patrícia Torricelli** e **Carol Lemos**

Dar suporte a Parada o Orgulho LGBTQIA+

Através do mandato coletivo, oferecer apoio político e jurídico para que a Parada do Orgulho LGBTQIA+ receba o mesmo tratamento que os demais eventos de rua recebem na cidade, sem discriminação.

Criação de Conselho Municipal para Pessoa LGBTQIA+

Promover campanha política cobrando que a Prefeitura crie Conselho Municipal para a Pessoa LGBTQIA+ como importante espaço de legitimação e redução da invisibilidade dessa população.

Uso de Nome Social

Fiscalizar para que o Decreto 26.938/17 seja cumprido a fim de garantir às pessoas trans e travestis o direito de uso do nome social no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Criação da Lei de Empregabilidade Trans

Cobrar a criação de Lei Municipal de "Empregabilidade Trans" que garanta mínimo de vagas para travestis, mulheres e homens transexuais nas ações de formação profissional e emprego realizadas pela Prefeitura.